

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL
SUPERIOR ELEITORAL.**

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.719.575/0001-69, com sede na SAFS - Quadra 02 - Lote 03 (atrás do anexo do Itamaraty), Plano Piloto - Brasília/DF, CEP: 70042-900, neste ato representado por seu presidente nacional, **CARLOS ROBERTO LUPI**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da cédula de identidade nº: 036289023, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 434.259.097-20, com endereço eletrônico: clupi@uol.com.br, vem, respeitosamente, por seus advogados *in fine* assinados, constituídos mediante instrumento procuratório que segue em anexo (**doc. 01**), perante Vossa Excelência, com fundamento legal no art. 96 da Lei nº 9.504/1997, propor a presente

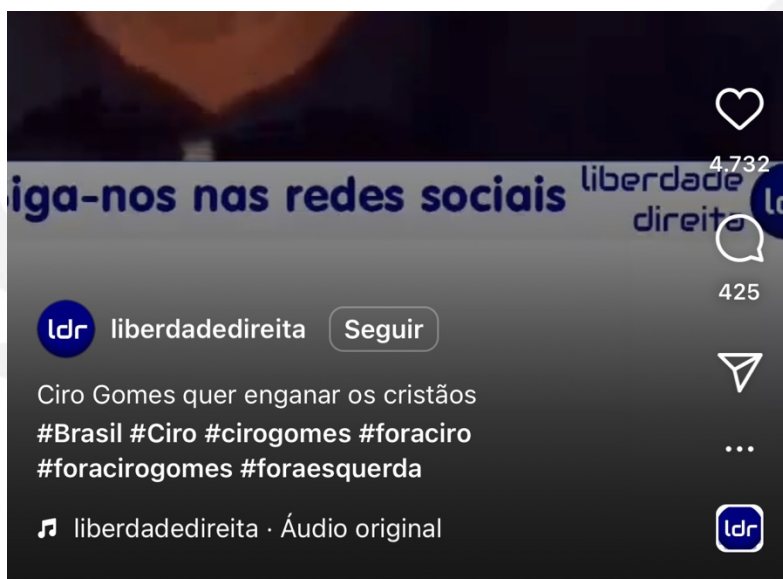
<p>REPRESENTAÇÃO ELEITORAL COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR DE URGÊNCIA</p>
--

em face da página **@liberdade dedireita** na rede social Instagram, e do **FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob no 13.347.016/0001-17, com endereço na Rua Leopoldo Couto Magalhães Júnior, no 700, 5o andar, CEP 04542-000, São Paulo/SP, endereço eletrônico: eleicoes_facebook@tozzinifreire.com.br, o que faz com espeque nos pontos de fato e de Direito doravante articulados:

I. DOS FATOS

Veiculou-se, através do perfil @liberdadeDireita na rede social *Instagram*, vídeo estruturado a partir de montagem realizada com vários recortes descontextualizados extraídos de outras mídias, que dá conta de que o Senhor **Ciro Ferreira Gomes**, pré-candidato ao cargo de Presidente da República pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), age com esteio em dissimulações, porquanto teria o escopo inabalável de enganar os cristãos.

A postagem foi veiculada com a seguinte legenda: **“Ciro Gomes quer enganar os cristãos #Brasil #Ciro #cirogomes #foraciro #foracirogomes #foraesquerda”**. Importa acentuar, de plano, que a página (@liberdadeDireita) conta com 158.000 (cento e cinquenta e oito mil) seguidores e, até o momento de elaboração desta petição inicial, a postagem atingiu 4.732 (quatro mil setecentas e trinta e duas) curtidas e 425 (quatrocentos e vinte e cinco) comentários, no que evidencia o potencial danoso da propaganda irregular extemporânea difundida. Confira-se:



Link de acesso à postagem: <

<https://www.instagram.com/reel/CYjHfBiouVm/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D> >.

Extraí-se da mídia objeto desta Representação Eleitoral que o administrador da página (@liberdadededireita) atuou com a finalidade de demonstrar aos internautas que o Senhor Ciro Ferreira Gomes teria enganado a população em relação ao seu respeito pelos cristãos quando, apesar de ter proferido dizeres litúrgicos no início do vídeo (1º recorte de vídeo utilizado), nos outros recortes que fazem parte da montagem esboça reação em descompasso com a ideia de respeito às religiões. Quis-se, com isso, provar que durante a campanha eleitoral o Senhor Ciro Ferreira Gomes age em deferência aos ideais cristãos, mas durante outros períodos seria manifestamente contrário às crenças cristãs, o que é uma inverdade, conforme será amplamente demonstrado. Confira-se o inteiro teor do vídeo:

1º Recorte de vídeo: “Que a benção misericordiosa do pai, do filho e do Espírito Santo recaia sobre todos os lares brasileiro”.

2º Recorte de vídeo: “Aqui, no Ceará quem fizer, já, inclusive, com ordem do Ministério Público, quem fizer carreata e fizer esse tipo de exposição do povo à morte, vai para a cadeia. (Outro recorte para emendar o seguinte): como também pastores, padres, seja quem for”.

3º Recorte de vídeo: “Não, eu não quero estatização nenhuma. Quero controle social e o fim da ilusão moralista católica. O fim da ilusão. A humanidade precisa de controle”.

4º Recorte de vídeo: “ (inaudível) igrejas e o narcotráfico já estão praticamente já se (inaudível).

Constata-se, pela análise da mídia em apreço, que a edição do vídeo apresenta o arquétipo de *fake news*, especificamente pela utilização de montagem de pouco requinte, chamada sensacionalista, aposição de música de fundo em tom jocoso e utilização de *tags*

para facilitar a difusão do conteúdo. Deveras, percebe-se que o administrador da página @liberdadededireita utilizou-se de recortes nitidamente descontextualizados, que foram extraídos de outros vídeos, técnica amplamente utilizada para distorcer a realidade e veicular desinformação em detrimento de pré-candidatos e candidatos. **Explica-se.**

No **segundo recorte** utilizado, o Senhor Ciro Ferreira Gomes aparece indignado sobre determinada conduta que estaria sendo levada a cabo de forma irregular, já que faz menção à proibição do Ministério Público. Muito provavelmente o móvel para tanto deve ter sido a proliferação de carreatas e aglomeração no contexto das eleições 2020, quando a pandemia do COVID-19 estava no seu apogeu.

Tanto é assim que o Senhor Ciro Gomes assevera que “esse tipo de exposição” levava “o povo à morte”. Não há nenhum tipo de desrespeito aos cristãos. Pelo contrário, o Senhor Ciro Gomes agiu em defesa da vida, que não pode ser relativizada para fins de confortar interesse algum. Ressalte-se que ao final desse recorte, utiliza-se de mais outro recorde para emendar a seguinte fala: “como também pastores, padres, seja quem for”. Ou seja, mais uma vez, utilizou-se de uma montagem descontextualizada para esbrasear uma fala que não atacava religião alguma.

Já no **terceiro recorte**, utilizou-se de forma maliciosa de um recorte descontextualizado, extraído das declarações do Senhor Ciro Ferreira Gomes proferidas em debate realizado na Universidade de Oxford, no Reino Unido. **A veiculação fora de contexto desses dizeres proferidos pelo Senhor Ciro Ferreira Gomes iniciou-se em 2018 e já foi amplamente desmentida pela agência de checagem aosfatos.org.**¹

Contextualiza-se que o contexto dessa fala é outro, que não tem a ver com a Igreja Católica, haja vista que o Senhor Ciro Gomes comentava, naquela ocasião, as diferenças na relação entre dinheiro e política nos países com formação protestante e católica. O

¹ Disponível em: < <https://www.aosfatos.org/noticias/video-editado-de-ciro-gomes-engana-ao-dizer-que-ele-e-inimigo-da-igreja-catolica/> >. Acesso em 28 de julho de 2022.

trecho em específico foi pinçado no contexto no qual o Senhor Ciro Gomes cita exemplos de como as punições aplicadas por autoridades do EUA e da Alemanha ocorreram, nos casos de corrupção envolvendo bancos e a Volkswagen, em que foram punidos os indivíduos, e não as instituições.

Nesse interstício, determinada pessoa indaga ao Senhor Ciro Ferreira Gomes se ele seria a favor da estatização das empresas. Em resposta, o Senhor Ciro Gomes assevera o seguinte: **“eu não quero estatização, eu quero controle social e o fim da ilusão moralista católica. O fim da ilusão. A humanidade precisa de controle. Não adianta alguém imaginar que um anjo vingador vai descer do céu, vai estalar o chicote e resolver o problema nacional brasileiro. Não vai”**. Ou seja, o contexto da fala não veicula nenhum acinte à crença cristã.

No que tange ao **quarto recorte**, clarifica-se que, apesar da música utilizada no vídeo se sobrepor ao teor da fala do Senhor Ciro Gomes, extrai-se, mais uma vez em um espectro fora de contexto, a menção a igrejas e ao narcotráfico. **Presente essa moldura, tem-se que todo o vídeo foi editado a partir de montagens descontextualizadas com o fito de incutir no imaginário popular que o Senhor Ciro Ferreira Gomes não respeita a fé cristã.**

Disso resulta que o teor do conteúdo propagandístico em apreço veicula fato sabidamente inverídico (*fake news*) e gravemente descontextualizado, especialmente em razão de que o Senhor Ciro Ferreira Gomes apenas critica as formas de utilização da religião para manipulação dos eleitores, no que tem total respeito a todas as crenças existentes em solo brasileiro. Exemplifica-se que, em entrevista concedida à Globo News (27 de julho de 2022) o Senhor Ciro Ferreira Gomes, pré-candidato pelo PDT, pregou

tolerância e respeito com todas as religiões, no que criticou a manipulação da fé engendrada pelo pré-candidato Jair Messias Bolsonaro.² Confira-se:

“O Estado Brasileiro é laico. Significa o seguinte: que nenhum Estado pode perseguir nenhuma religião e nem o Estado pode preferir nenhuma religião em detrimento de qualquer outra, cabendo ao Estado o dever de proteger a tolerância religiosa, de proteger as diversas formas de adoração a Deus e de proteger aqueles que não têm fé, que não conseguem compreender a transcendência do divino; como eu, de profunda formação Cristã, compreendo. Então, repare, as outras religiões também. Por que é que isto é importante? Vou falando aqui para os cristãos todos, mas principalmente para os evangélicos, que o Bolsonaro tem tentado manipular. A Constituição de 1824, no Brasil, obrigou que o povo brasileiro fosse católico. Então, a Constituição determinava que a religião oficial do Brasil era a católica. Veio a República e, com as melhores práticas internacionais, e cria o Estado laico. Ou seja, proíbe o Estado. O Bolsonaro manipula como se isso fosse transformar o Estado em materialista. Não é isto. O Estado não pode apenas impor ao católico, o que faria de todos os evangélicos marginais à lei constitucional brasileira. Percebe? Então, o que nós temos que fazer é isso: A forma de adorar a Deus, de qualquer um, tem que ser respeitada e tu adora Deus do jeito que tu quiser e eu adoro a Deus do jeito que eu quiser. E o Estado tem que proteger a tua adoração e a minha. Não pode ter intolerância, sabe, matar pessoas, quebrar terreiro de umbanda, sabe? Não pode fazer isso porque todas as vezes que a política manipulou a religiosidade do povo deu em genocídio. Deu em morte, deu em intolerância, deu em radicalismo. Nós não queremos isso para o Brasil.

Não constitui demasia acentuar que a defesa da tolerância religiosa é uma das bandeiras do Senhor Ciro Ferreira Gomes, que tem divulgado seu posicionamento político nesse sentido, quando aduz que a Bíblia e a Constituição não são livros conflitantes. Isso porque as ideias centrais do cristianismo, sob a ótica do pré-candidato, inspiram a vida de todos que lutam por um Brasil melhor. ³ Confira-se, por oportuno, o teor da fala do Senhor Ciro Ferreira Gomes, no ponto, em vídeo veiculado no dia 21 (vinte e um) de junho de 2021:

O Brasil é uma República laica, ou seja, o Estado tem vida independente das igrejas e as igrejas têm vida independente do estado. Mas estes livros não são conflitantes (*Referindo-se à Constituição Federal e à Bíblia*). Ao contrário: nossas leis não permitem favorecer uma religião sobre as outras, nem os brasileiros que têm fé sobre os que não têm. Esse princípio republicano, porém, não nos deve levar à negação de uma realidade histórica, com consequências sempre atuais: O Brasil se formou no berço do cristianismo e são dois os aspectos da mensagem cristã que devem falar fundo no coração de qualquer brasileiro. O primeiro é a ideia da superação. Cada um de nós, criado à imagem e semelhança de Deus, carrega dentro de si a centelha de uma vida maior. Mas para vivenciá-la na plenitude é preciso um trabalho digno e condições objetivas que façam esse trabalho render. Para isso, temos que começar a reconstruir o Brasil, passo por passo, detalhe por detalhe, porque significará, também, reconstruir a vida de todos os brasileiros. Um trabalho que precisa ser feito com moderação e realismo, mas também com coragem e visão. O segundo aspecto da mensagem cristã que todos os brasileiros devemos escutar é a primazia da solidariedade. Ela é a expressão do amor na vida coletiva. Estamos todos

profundamente ligados por vínculos invisíveis. Portanto, só conseguiremos ficar maiores, se ficarmos maiores juntos. O Brasil é vitalidade, é pujança. O que o coração brasileiro quer é ver essa pujança, essa força, esse vigor casados com amor, ternura e outros valores espirituais. O que isso tem a ver com a política? Tudo. Porque a boa política, além de ser semeadora de sonhos, é a alavanca do destino coletivo e das liberdades individuais, e esse sonho se desfaz se o mundo não oferece condições materiais e espirituais para ele florescer e frutificar.

Como se vê, trata-se de artifício utilizado para criar, artificialmente, na opinião pública, estados mentais, emocionais ou passionais (art. 242 do Código Eleitoral), especificamente porque veicula temática deveras sensível perante o eleitorado, a saber, religião. Para além disso, a mídia em apreço macula a imagem e a honra do Senhor Ciro Ferreira Gomes (art. 22, inciso X, da Resolução TSE nº 23.610/2019, assim como também veicula fato sabidamente inverídico, tudo isso antes do dia 16 de agosto de 2022 (art. 57-A, da Lei nº 9.504/1997).

Desta forma, não se pode permitir que, sob as vestes da liberdade de manifestação, se promovam acintes à honra e à dignidade das pessoas, com a veiculação de vídeos manipulados através de trucagens e montagens e de fatos sabidamente inverídicos e que tenham potencial lesivo para degradar a imagem de um pré-candidato no contexto do pleito eleitoral que se avizinha, razão pela qual vale-se desta Representação Eleitoral para que este Tribunal Superior Eleitoral resguarde a higidez das regras do jogo e os direitos de personalidade dos *players*.

II. DO DIREITO

II.I DA PROPAGANDA ANTECIPADA NEGATIVA E DA PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR (FATOS SABIDAMENTE INVERÍDICOS E GRAVEMENTE DESCONTEXTUALIZADOS).

De saída, é importante acentuar que não se desconhece o teor do **§2º do art. 27 da Resolução TSE nº 23.610/2019**, que estabelece que as manifestações de apoio ou crítica a partido político ou a candidata ou candidato ocorridas antes do dia 16 de agosto do ano da eleição, são regidas pela liberdade de manifestação. No entanto, assim como outros direitos fundamentais, a liberdade de manifestação de pensamento não constitui direito de caráter absoluto, pois encontra limites na própria Constituição Federal, que assegura a inviolabilidade da honra e da imagem das pessoas (art. 5º, inciso X, da CF/88).⁴ Até mesmo porque, conforme ensina Konrad Hesse, a limitação de direitos fundamentais deve ser adequada para produzir a proteção do bem jurídico, por cujo motivo ela é afetada.⁵

Daí a razão pela qual o **art. 22, inciso X, da Resolução TSE nº 23.610/2019** determina que não será tolerada propaganda que caluniar, difamar ou injuriar qualquer pessoa, bem como atingir órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública. Sabe-se, é bem verdade, que o período pré-eleitoral deve propiciar uma ambiência de difusão de debates inerentes à própria ideia de democracia, no que se permite aos pré-candidatos realizarem diversos atos que não se consubstanciam em ilícitos eleitorais.

No entanto, essa abertura dialógica não é compatível com discursos de ódio, veiculação de desinformação e difusão de conteúdo de teor calunioso e difamador em detrimento da honra e da imagem de terceiros. Isso porque a propagação de conteúdo negativo em redes sociais representa uma ferramenta poderosíssima para garantir a

⁴ “A liberdade de manifestação do pensamento não constitui direito de caráter absoluto no ordenamento jurídico pátrio, pois encontra limites na própria Constituição Federal, que assegura a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (art. 5º, X, da CF/88). Outrossim, o Código Eleitoral, no art. 243, IX, dispõe que “não será tolerada propaganda que caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública”.⁵ As críticas extrapolaram os limites constitucionais da liberdade de expressão, em ofensa à honra e à dignidade, em contexto indissociável de disputa a pleito vindouro, o que se amolda ao disposto na referida norma. Precedentes. (Recurso Especial Eleitoral nº 060010088, Acórdão, Relator(a) Min. Jorge Mussi, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônica, Tomo 164, Data 26/08/2019)

⁵ HESSE, Konrad. **Elementos de Direito Constitucional da República Federativa da Alemanha**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1998. p. 256.

adesão de cidadãos, podendo mesmo fazer com quem acontecimentos falsos assumam a vestes de verdadeiros. ⁶

Não por outra razão, o **art. 9º- A da Resolução TSE nº 23.610/2019** estabelece ser vedada a divulgação ou compartilhamento de fatos sabidamente inverídicos ou gravemente descontextualizados que atinjam a integridade do processo eleitoral, inclusive os processos de votação, apuração e totalização de votos, devendo o juízo eleitoral determinar a cessação do ilícito, sem prejuízo da apuração de responsabilidade penal, abuso de poder e uso indevido dos meios de comunicação.

A inclusão do dispositivo *sus* mencionado na Resolução TSE nº 23.610/2019, pela Resolução TSE nº 23.671/2021, exsurgiu da preocupação da Justiça Eleitoral com a proliferação de *fake news*, que estonteiam sobremodo a higidez e a normalidade dos pleitos, sobretudo após a disseminação dessas práticas odiosas no contexto das Eleições 2018. Saliente-se, por relevante, que a popularização das redes sociais deve servir para propiciar o estabelecimento de uma nova ágora, com a ressignificação do regime democrático, e não para engendrar coros que amplifiquem discursos de ódio e difusão de fatos sabidamente inverídicos que atentem contra a imagem dos *players* e a integridade do processo eleitoral.

Sublinhe-se que, se, de um lado, deve-se resguardar o mercado livre de ideias e garantir a diversidade de opiniões, do outro, há se propiciar o direito de acesso à boa e saudável informação, capaz de tornar os cidadãos cientes sobre as propostas e ideias dos pré-candidatos no período de pré-campanha, tal qual estabelece a teleologia do art. 36-A da Lei das Eleições. É do Excelentíssimo Senhor Ministro Alexandre de Moraes a assertiva de que “liberdade de expressão não é liberdade de destruição da Democracia, das

⁶ AGRA, Walber de Moura; VELLOSO, Carlos Mário. **Elementos de Direito Eleitoral**. 7. Ed. São Paulo: Saraiva, 2020. P. 257.

instituições e da dignidade e honra alheias. Liberdade de expressão não é liberdade de propagação de discursos mentirosos, agressivos, de ódio e preconceituosos”.⁷

De acordo com o **§1º do art. 27 da Resolução TSE nº 23.610/2019**, a livre manifestação de pensamento pode ser passível de limitação quando ofender a honra ou a imagem de candidatas, candidatos, partidos, federações ou coligações, ou divulgar fatos sabidamente inverídicos. É diante disso que esta Corte Egrégia soergueu entendimento no sentido de que “as limitações impostas à propaganda eleitoral não afetam os direitos constitucionais de livre manifestação do pensamento e de liberdade de informação”.⁸

In casu, ressoa incontestemente que veiculou-se *fake news* arquitetada com o cerne de induzir o eleitorado a não votar no Senhor Ciro Ferreira Gomes, pelo fato do pré-candidato desrespeitar os cristãos. Utilizou-se, conforme amplamente demonstrado, de recortes de falas descontextualizadas para conferir uma aura de veracidade à desordem informacional que se buscou difundir. O fato assume contornos extremados, na medida em que a religião consubstancia-se em tema sensível ao eleitorado, que pode ser facilmente induzido nesse aspecto, pela veiculação de toda sorte de inverdades que atinjam determinado credo.

Apesar dos veículos de informação e das agências de checagem desmentirem as *fake news* que geralmente são propagadas, Anna Paula Oliveira Mendes clarifica que “há o problema do descrédito que certa parte da população pode ter em relação às agências de checagem de fatos, bem como ao fato de que, muitas vezes, a notícia verificada não tem o mesmo alcance da notícia mentirosa, que é fabricada especificamente para captar a atenção do público”.⁹

⁷ Decisão proferida no plantão judiciário nos autos da Representação Eleitoral nº 0600543-76.2022.6.00.0000.

⁸ (Recurso Especial Eleitoral nº 060337225, Acórdão, Relator(a) Min. Luis Felipe Salomão, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 56, Data 23/03/2020)

⁹ MENDES, Anna Paula Oliveira. **O abuso do poder no direito eleitoral**: uma necessária revisitação ao instituto. Belo Horizonte: Fórum, 2022. P. 217.

Vislumbra-se, portanto, que o vídeo difundido, que é objeto desta Representação Eleitoral, trata-se **de veiculação de propaganda antecipada negativa, especificamente por ter sido difundida antes do dia 16 (dezesesseis) de agosto de 2022 (art. 57-A, da Lei nº 9.504/1997).** De acordo com o magistério jurisprudencial deste Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, **“a configuração de propaganda eleitoral extemporânea negativa pressupõe pedido explícito de não voto ou, ainda, ato que macule a honra ou a imagem de pré-candidato ou divulgue fato sabidamente inverídico em seu desfavor”**.¹⁰

Esta Corte Superior também já reverberou que “a divulgação de propaganda sabidamente inverídica é vedada, inclusive no período de campanha, como forma de garantir a lisura do processo eleitoral. Tal publicação conduz a reflexos claros na esfera jurídica dos pré-candidatos, constituindo um pedido de não voto, na medida em que desabonadoras e depreciativas à honra dos pretensos participantes do pleito”.¹¹

Repisa-se que não há, na espécie, nenhum tipo de debate propositivo ou reprodução fidedigna de matéria jornalística. O que existe é um ato abusivo estruturado a partir de montagens descontextualizadas par macular a imagem do Senhor Ciro Ferreira Gomes, em ordem a desqualifica-lo perante o eleitorado, especificamente os cristãos, em contexto indissociável da disputa eleitoral do pleito vindouro. O pedido de “não voto” perfectibiliza-se, *in casu*, na utilização das seguintes tags, que foram dispostas na legenda da publicação, a saber: **#foraciro #foracirogomes #foraesquerda”**. **Portanto, trata-se de conteúdo que configura propaganda eleitoral antecipada negativa, com o único e inegável propósito de influenciar na disputa eleitoral.**¹²

10 (RECURSO ESPECIAL ELEITORAL nº 060001836, Acórdão, Relator(a) Min. Benedito Gonçalves, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônica, Tomo 95, Data 25/05/2022).

11 (RECURSO ESPECIAL ELEITORAL nº 060060319, Acórdão, Relator(a) Min. Alexandre de Moraes, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônico, Tomo 173, Data 21/09/2021).

12 (Recurso Especial Eleitoral nº 6849, Acórdão, Relator(a) Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônico, Data 02/03/2018, Página 43-44)

Exala-se como conclusão que intentou-se, através desta postagem, macular a honra e a reputação do pré-candidato pelo PDT, o Senhor Ciro Ferreira Gomes, em período anterior ao dia 16 de agosto de 2022, o que caracteriza, nítido ato de propaganda antecipada negativa, apto a atrair as iras do art. 36, §3º da Lei nº 9.504/1997. Deste modo, uma vez constatadas violações às regras eleitorais e ofensas a direitos de pessoas que participam do processo eleitoral, deve esta Justiça Eleitoral promover a imediata remoção do conteúdo objeto desta Representação, nos termos do art. 27, §1º, da Resolução TSE nº 23.610/2019, com a posterior imposição de multa (art. 36, §3º, da Lei nº 9.504/1997).

III. DA MEDIDA LIMINAR DE URGÊNCIA

Já não é novidade que o interstício temporal consubstanciado entre a instauração do processo e o proferimento de provimento definitivo apresenta demasiados percalços, em ordem a inviabilizar a efetiva realização de direitos. Para Fernando Horta Tavares, “o tempo teria um fluir vagaroso, que é incompatível com o virtuoso acesso à ordem jurídica justa”.¹³ Existem situações em que o tempo utilizado para obtenção da certeza processual com a tutela final é tão grande que o próprio titular do direito terá sucumbido.

Em outros casos, o jurisdicionado que buscou amparo no Poder Judiciário apenas observa inerte o perecimento do direito que buscou tutelar. Partindo dessas premissas, Marcelo Abelha assevera que o tempo é amigo da estabilidade da situação lamentada, no que quanto mais o processo demora para efetivar o resultado pretendido, tanto mais tempo permanecerá de pé a situação injusta, causando danos ao longo do seu curso.¹⁴

¹³ TAVARES, Fernando Horta. Tempo e processo. **In:** TAVARES, Fernando Horta (Coord.). Urgências de Tutela: processo cautelar e tutela antecipada. Curitiba: Juruá, 2007. P. 111.

¹⁴ ABELHA, Marcelo. **Manual de direito processual civil**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. P. 382.

No caso vertente, a **probabilidade do direito** (art. 300 do CPC) ressoa inconteste, especialmente diante da demonstração de violação à Lei nº 9.504/1997, à Resolução TSE nº 23.610/2019 e à jurisprudência deste Egrégio Tribunal Superior Eleitoral. Já o **perigo de dano** perfectibiliza-se pelo potencial da conduta perpetrada pelo Representado continuar a estorvar e macular a honra e a imagem do pré-candidato do partido Representante, máxime em razão do meio de veiculação do ilícito, a saber, rede social que conta com amplo número de seguidores e engajamento impossível de se mensurar. Vale dizer, não se pode permitir que a postagem continue a ser albergada e difundida através da *internet*, o que inevitavelmente ocasionará ofensas à imagem e à honra do Senhor Ciro Ferreira Gomes, em contexto indissociável de disputa ao pleito vindouro.

IV. DOS PEDIDOS

Pelo fio do exposto, **requer** a Vossa Excelência o seguinte:

a) A concessão de medida liminar *inaudita alter pars*, para determinar que o Representado e a empresa provedora e controladora do Instagram (o Facebook), promovam a imediata retirada da postagem objeto desta Representação, que se encontra albergada no seguinte *link*: <
<https://www.instagram.com/reel/CYjHfBiouVm/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D>> ; tudo nos termos art. 27 §1º, da Resolução TSE nº 23.610/2019, sob pena de imputação em crime de desobediência e multa a ser arbitrada por Vossa Excelência, dobrando-se a cada reincidência.

a.1) **Ainda em sede liminar**, a expedição de determinação para que a empresa controladora e provedora do Instagram entregue em juízo todos os dados que possibilitem a identificação do administrador do perfil @liberdadeadedireita, como registros de conexão e de acesso (IP's), nos termos dos arts. 39 e 40 da Resolução TSE nº 23.610/2019, sob pena de multa por eventual descumprimento;

b) A notificação dos Representados para, querendo, apresentar defesa (art. 18 da Resolução TSE nº 23.608/2019);

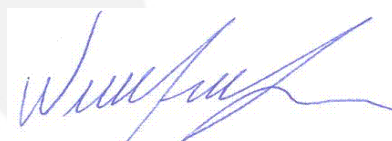
c) No mérito, seja confirmada a medida liminar, caso deferida, com a remoção definitiva do conteúdo ora atacado, que se encontra albergada no seguinte *link*: < <https://www.instagram.com/reel/CYjHfBiouVm/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D> >; e o julgamento pela procedência dos pedidos deduzidos nesta petição inicial, para condenar o Representado ao pagamento da multa prevista no art. 36, §3º da Lei nº 9.504/1997, em patamar máximo, devido à veiculação de propaganda antecipada negativa;

d) Após, o envio dos autos ao Ministério Público Eleitoral.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitida, notadamente pelas que instruem a presente Representação.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília (DF), 28 de julho de 2022.



WALBER DE MOURA AGRA

OAB/PE 757-B

EZIKELLY BARROS

OAB/DF 31.903

ALISSON LUCENA

OAB/PE 37.719

MARCOS RIBEIRO DE RIBEIRO

OAB/RJ 62.818

MARA HOFANS

OAB/RJ 68.152

ANA CAROLINE LEITÃO

OAB/PE 49.456